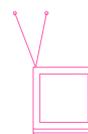


A pobreza das nações: onde ficou o desenvolvimento?

Nesta aula, vamos conhecer alguns dos indicadores usados para medir a riqueza das nações. Iremos estudar também teorias que tentam explicar as desigualdades existentes no mundo atual e as numerosas tentativas já realizadas para diminuir o fosso que separa o Norte do Sul.



Qual o efeito das mudanças que estão ocorrendo no mercado mundial sobre os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos? Qual será o papel da América Latina e da África na nova ordem mundial que se impõe a partir dos desígnios do Norte industrializado? Será que o Sul também existe, apesar da miséria, das guerras fratricidas e do crescimento das doenças infecto-contagiosas, como a Aids?



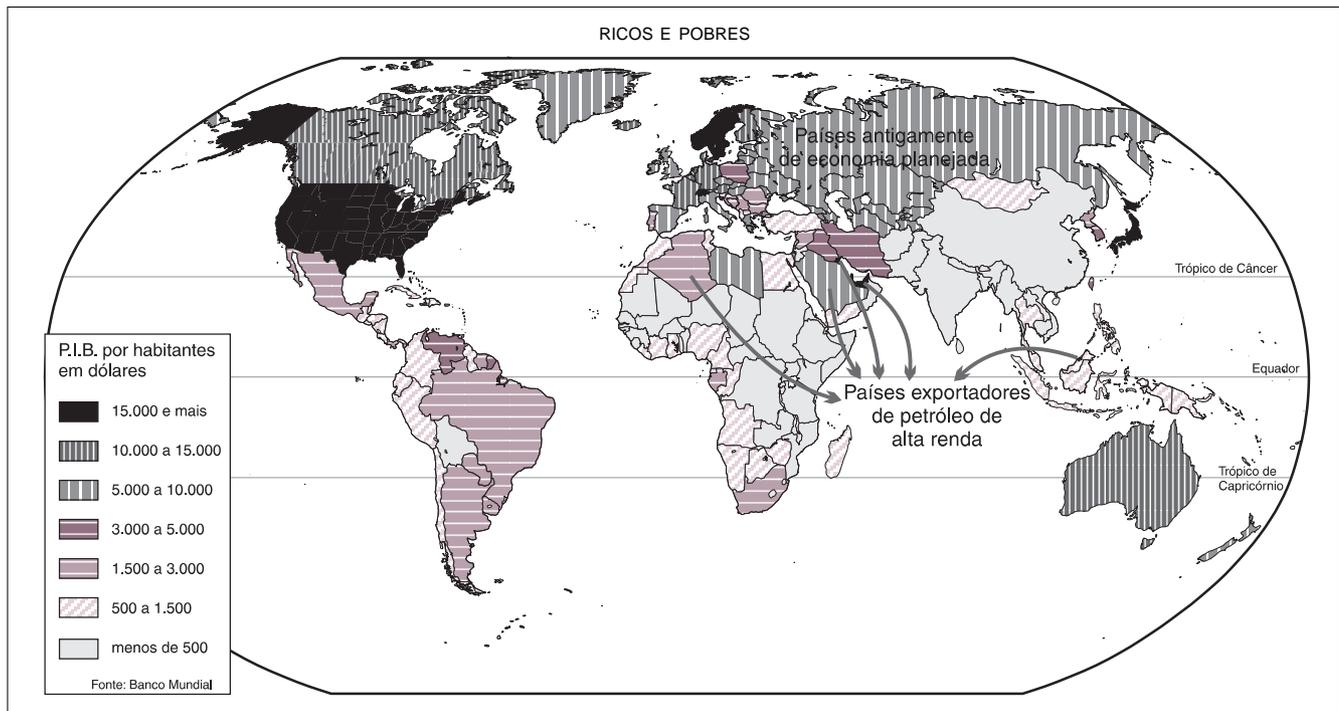
Aparentemente, aquilo que fazia parte da agenda dos países industrializados logo após o final da Segunda Guerra Mundial, isto é, a busca do desenvolvimento de todos os países do planeta, deixou de ser relevante para as principais economias industrializadas. Hoje, o futuro da África, aparentemente, depende muito mais da cooperação dos países do Sul, do que da exclusão a que foi condenada pelo Norte.

Para Adam Smith, um dos mais importantes teóricos da economia clássica liberal, em sua obra *A Riqueza das Nações*, "(...) nenhuma sociedade pode crescer e ser feliz se a maioria dos seus membros é pobre e miserável."



Hoje, para se medir a riqueza ou a pobreza das nações utiliza-se o chamado Produto Interno Bruto (PIB) que é um indicador da renda e do nível de vida real da população de determinado país. O PIB corresponde à soma dos valores agregados pelos agentes econômicos que atuam em um território nacional.

Apesar das décadas de crescimento econômico e social que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a situação de pobreza tem se agravado. Entre 1965 e 1985, a renda dos países pobres teve um ganho de 100 dólares por habitante, enquanto os países ricos aumentaram sua renda em 4.000 dólares por habitante. Acentuou-se a diferença entre os países do norte e do sul (em relação à linha do Equador). A renda per capita nos países ricos é cinco ou dez vezes maior do que a de um país de industrialização tardia como o Brasil.



Mas o PIB não deve ser a única referência para mostrar as desigualdades existentes entre os países de economia industrializada do hemisfério norte e os de economia basicamente primário-exportadora do hemisfério sul. Outros indicadores, a exemplo do consumo de energia, mostram com maior nitidez o nível de desenvolvimento de um país. Os Estados Unidos, o Canadá e os países da Europa Ocidental, com menos de 15% da população mundial, consomem mais da metade da energia primária produzida no mundo. Um europeu consome vinte vezes mais energia do que um africano.

Pode-se também adotar como referência, para diferenciar ricos e pobres, os indicadores culturais, como o número de livros publicados em um ano, o número de receptores de televisão por habitante, ou a porcentagem de adultos analfabetos existentes na população. Enquanto, em 1992, o Canadá publicou em torno de vinte mil títulos de novos livros, o Paquistão publicou menos de dois mil. No Canadá existem seiscentos aparelhos de televisão por mil habitantes, o que pode significar o acesso à informação e ao lazer. No Paquistão esse número cai para quinze aparelhos por mil habitantes.

Também é possível confrontar indicadores sociais, como a quantidade diária de calorias ingerida por habitante ou o acesso à água tratada e às instalações sanitárias. Enquanto nos países industrializados a quase totalidade da população tem acesso a água de qualidade, nos países subdesenvolvidos menos de 30% da população recebe água tratada.

Existem ainda critérios de comparação entre riqueza e pobreza que são difíceis de medir, como a manifestação livre de idéias ou a estabilidade política. Afinal, o homem não é apenas um produtor/consumidor de mercadorias e serviços. Seu bem-estar depende, também, desses valores não-materiais que ainda não foram conquistados por grande parte da população mundial.

Várias teorias foram elaboradas para explicar **“a pobreza das nações”**. Algumas delas, ainda que equivocadas, prevaleceram durante muito tempo. Outras, embora corretas, explicavam apenas parcialmente a origem da pobreza. Nenhuma delas foi suficientemente abrangente para atender a todas as sutilezas da desigualdade sócio-econômica existente hoje entre os Estados-nações.

No século XIX, os europeus afirmavam que a pobreza dos povos do hemisfério sul era o resultado da combinação de fatores naturais hostis e fatores humanos marcados pela inferioridade dos grupos raciais que habitavam “as árias e as áfricas tropicais”. Nesse período Grã-Bretanha, França e Alemanha foram, com uma energia especial, potências coloniais. Era necessário difundir entre os “povos inferiores” as conquistas materiais da Europa branca, industrializada, “superior”. As metrópoles tinham uma visão positiva da sua “missão civilizadora”. As lembranças desse período estão vivas no inconsciente coletivo dos povos dos países dominados, assim como as conseqüências concretas das formas de dominação a que foram submetidos.

Após a Segunda Guerra Mundial, essa explicação foi sendo substituída por outra, mais consistente e largamente difundida entre as elites intelectuais dos então chamados países subdesenvolvidos. Tal explicação afirmava que a pobreza da África, da Ásia e da América Latina decorria da exploração colonial a que esses continentes foram submetidos. As relações impostas pelas potências imperialistas às suas colônias teriam levado a uma extrema exploração da força de trabalho, à manutenção de baixos níveis de escolaridade e, durante muito tempo, teriam impedido a estruturação de Estados nacionais.

Essa explicação, embora coerente, lança toda a responsabilidade da pobreza sobre os colonizadores, sem revelar que os bloqueios para o desenvolvimento encontram-se também no interior desses países. Seus sistemas sociais eram dominados por elites políticas que impediam as reformas modernizadoras e mantinham a renda concentrada em suas mãos. Recursos eram perdidos com excessivos gastos militares ou em obras de resultados econômicos duvidosos. Os investimentos feitos em saúde e educação eram insuficientes, comprometendo a qualidade dos recursos humanos.

Na segunda metade do século XX, ocorreu o mais importante movimento político de nosso século – a **descolonização**. O direito dos povos a se autogovernarem foi aceito como princípio, e as palavras “colonialismo” e “imperialismo” passaram a ser condenadas. O colonialismo chegava ao fim. A descolonização passou a ser vista como um triunfo da modernidade e uma derrota das forças reacionárias.

No entanto, outra circunstância poucas vezes percebida atuou na descolonização: a perda do fundamento econômico do colonialismo. No século XIX, o capitalismo industrial contava com as vantagens das relações de exploração colonial, ou seja, a aquisição de matérias-primas e produtos tropicais em troca do fornecimento de produtos industriais. Na divisão internacional do trabalho, realizavam-se as denominadas trocas desiguais que permitiam grandes lucros às economias industriais.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os interesses das potências industriais passaram a ser outros. Seu desenvolvimento econômico estava agora centrado no desenvolvimento técnico-científico e o papel das colônias começava a perder importância. O comércio entre as potências industriais passava a ser muito mais importante do que as relações comerciais com os países do hemisfério sul. Ao final da Segunda Guerra Mundial, as colônias podiam se tornar independentes porque o custo econômico desse fato político revelava-se muito pequeno.

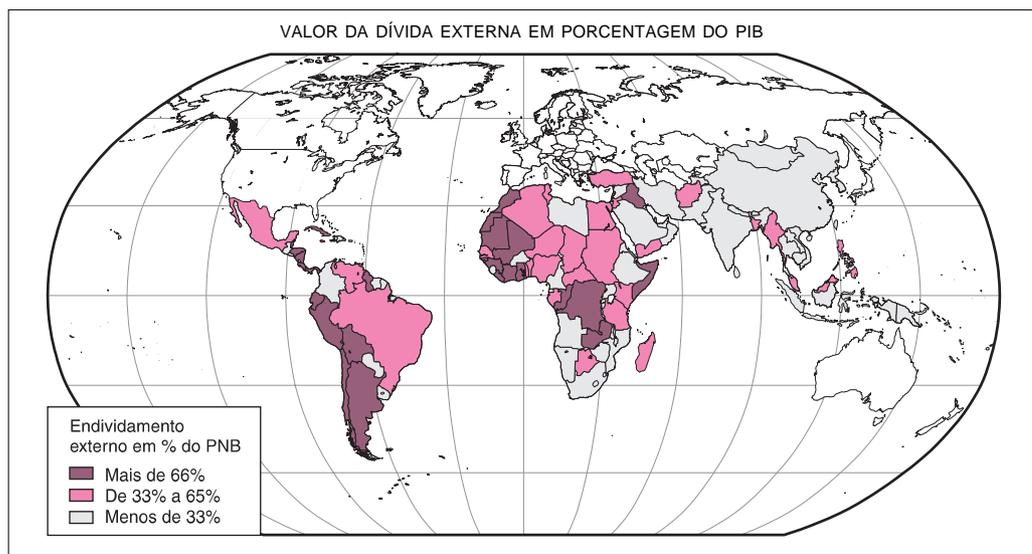
Mas não estaria sendo estruturada uma nova forma de dominação mais sutil que a anterior? No lugar da dominação imposta pelo Estado colonialista estava se esboçando agora uma dominação patrocinada pelo setor privado, tendo como instrumento visível a empresa transnacional. Essa idéia teve um importante efeito no desenvolvimento econômico dos novos Estados nacionais, que resistiram inicialmente aos investimentos estrangeiros. Essa nova política colocava os novos Estados nacionais à mercê dos interesses e dos investimentos das grandes empresas.

Como consequência da Guerra Fria, os países pobres receberam, nos últimos cinqüenta anos, uma grande atenção dos países ricos. Nos primeiros anos de auxílio acreditava-se que a passagem de uma situação de pobreza para a de uma situação de desenvolvimento econômico se realizaria com a transferência da “móvel pesada” da industrialização. Assim foram transferidas siderúrgicas, hidrelétricas, indústrias químicas e setores da mecânica pesada, que caracterizavam a economia industrial, para alguns países subdesenvolvidos. Essas indústrias representariam o progresso econômico e o fim da pobreza.

Na realidade foi um erro de avaliação. Essa ação não deu os resultados esperados porque, ao privilegiar o econômico, ignorava os indicadores sociais, a exemplo da educação e da saúde para as massas como condição essencial para o enriquecimento humano de um Estado-nação. Nenhum país é pobre se a sua população tem acesso a uma educação básica de qualidade. Em sentido amplo, a educação deve ser o ponto de referência para as políticas de desenvolvimento a serem praticadas.

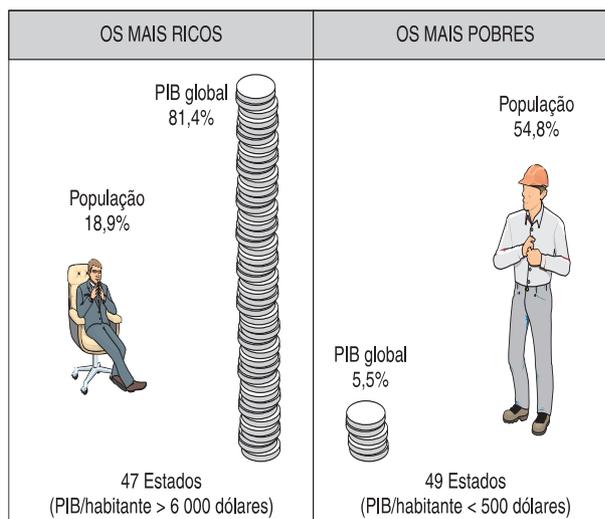
Nas últimas décadas, os países industrializados forneceram créditos e financiamentos aos subdesenvolvidos, o que possibilitou taxas de crescimento econômico altas mas aumentou a relação de dependência entre eles. A crise econômica a partir dos anos 70 criou novas dificuldades: os preços das matérias-primas decresceram e as taxas de juros se tornaram insuportáveis.

Os Novos Países Industrializados não conseguiram amortizar as dívidas contraídas e o endividamento bloqueou o crescimento econômico. Os países latino-americanos foram os principais atores dessa tragédia. As dificuldades surgidas com o endividamento – 1 trilhão e 500 bilhões de dólares aproximadamente, em 1995 – foram enormes. O serviço da dívida, isto é, os juros e compromissos financeiros para mantê-la, representava, em média, 25% do valor das exportações. Para enfrentar o endividamento externo, numerosos países aplicaram políticas de estabilização com restrição nos investimentos públicos, agravando ainda mais o quadro econômico e social.



Hoje, a pobreza absoluta atinge em torno de um bilhão de habitantes, quase 20% da população mundial. A maior parte dos países que apresentam os maiores índices de pobreza absoluta encontram-se em dois cinturões: o **africano**, atravessando toda a África Equatorial e Tropical, do Saara até a bacia do rio Zambeze, e o **asiático**, que atinge o sul e sudeste desse continente, indo do Paquistão até a Indonésia.

A ordem econômica mundial exige que o diálogo Norte-Sul se estabeleça em novas bases. A Assembleia Geral da ONU tomou essa decisão em 1974! As Nações Unidas poderiam ser o fórum privilegiado para esse diálogo mas os movimentos realizados pelo bloco de países do hemisfério sul não sensibilizaram os países mais ricos. A ação das instituições especializadas mantidas pela ONU, tais como a Unesco, a OMS e a FAO, não foram suficientes para diminuir o fosso que separa o Norte do Sul.



O desenho representa a brutal diferença entre os países mais ricos e os mais pobres.

Nesta aula você aprendeu que:

- além do **Produto Interno Bruto (PIB)**, os **indicadores sociais e culturais** revelam as **desigualdades** existentes entre o **Norte e o Sul**;
- essas desigualdades foram explicadas por numerosas teorias, sendo a mais difundida a que afirmava que a pobreza da Ásia, da África e da América Latina decorria da **exploração colonial**;
- na segunda metade do século XX, após a independência dos países colonizados, as nações industrializadas forneceram créditos e financiamentos para o **desenvolvimento econômico** desses países. Mas o **endividamento externo** levou-os a uma crise insustentável;
- hoje, quase 20% da população mundial vive numa situação de **pobreza absoluta**;
- as bases para um novo diálogo e para a **cooperação** entre o Norte e o Sul e entre os países do Sul deve ser a grande tarefa das Nações Unidas, no limiar do século XXI.



Exercícios

Cite três indicadores usados para medir a riqueza ou a pobreza de um determinado país.

Exercício 2

Apresente duas teorias elaboradas para explicar "a pobreza das nações".

Exercício 3

Como a dívida externa, contraída pela América Latina, bloqueou o seu desenvolvimento?

